

RECURSO ESPECIAL Nº 1.717.105 - SP (2016/0252714-0)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : AFIGRAF COMÉRCIO INDÚSTRIA LTDA
ADVOGADO : ÉDISON FREITAS DE SIQUEIRA E OUTRO(S) - SP172838A
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : MILTON DEL TRONO GROSCHKE E OUTRO(S) - SP108965

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por AFIGRAF COMÉRCIO INDÚSTRIA LTDA, mediante o qual se impugna acórdão, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"Agravado de Instrumento - Execução Fiscal - Ação Declaratória impugnando os débitos - Conexão e prejudicialidade - Inexistência - Arts. 105 e 265, IV, do CPC que se aplicam ao processo de conhecimento - Decisão mantida - Recurso desprovido" (fl. 161e).

Embargos de Declaração não acolhidos (fls. 193/197e).

No Recurso Especial, manejado com base na alínea **a** do permissivo constitucional, alega-se violação aos arts. 265, IV, **a**, 535, II, e 620 do CPC/73, 112, II e IV, e 108 do CTN.

Sustenta-se, em apertada síntese, que:

"(...) ingressou a empresa ora recorrente com petição invocando a relação de prejudicialidade.

No caso do feito de origem, o débito objeto do feito executivo está tendo sua validade discutida nos autos da Ação Anulatória. Cumpre salientar que a procedência dessa ação é certa, considerando que ocorreu a denúncia espontânea dos débitos e, com isso, a multa ilegalmente aplicada será afastada.

(...)

Ora, as circunstâncias referidas determinam a imediata suspensão do presente feito executivo, forte no que determina o artigo 265, inciso IV, alínea 'a' do Código de Processo Civil, até a decisão final da ação acima mencionada, vez que, entre a presente ação executiva e a ação ordinária onde está sendo discutido o valor legalmente devido apresenta-se relação de prejudicialidade externa" (fl. 177e).

Alega-se, ainda, que o acórdão recorrido padeceria de omissão, porquanto

teria deixado de observar dispositivos legais aplicáveis à espécie.

Requer-se, por fim, "seja recebido o presente RECURSO ESPECIAL, com FULCRO NO ART. 105, INCISO III, ALÍNEA 'A' DA CF/88, para o fim de que: a) julguem totalmente provido o presente Recurso Especial, tendo em vista a negativa de vigência, pelo acórdão proferido em sede de agravo de instrumento, dos dispositivos federais dos arts. 112, inc. II e IV e 108 do CTN, art. 620, do CPC, art. 253 do CPC e art. 265, IV, 'a', do CPC, a fim de que seja ordenada a suspensão da execução fiscal, até o julgamento final da Ação Anulatória a fim de evitarem-se decisões contraditórias" (fl. 184e).

Contrarrazões às fls. 201/202e.

Recurso Especial inadmitido (fls. 204/205e), havendo ascendido a este STJ mediante provimento de Agravo de Instrumento (fl. 250e).

O presente recurso não merece prosperar.

Não há de se cogitar de omissão, no acórdão recorrido. Dessarte, o que a ora recorrente denomina de omissão, na verdade, consiste em divergência acerca do conteúdo das normas jurídicas incidentes no caso. Divergência dessa natureza autoriza, em tese, recurso à superior instância, não Embargos de Declaração.

No mérito propriamente dito, orienta-se a jurisprudência do STJ no sentido de que o mero ajuizamento de ação anulatória de débito tributário não tem o efeito de suspender execução fiscal, mormente quando não há, na referida ação de conhecimento, depósito a garantir o crédito executado.

À guisa de mero exemplo, confirmam-se as seguintes ementas:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. SUPOSTA OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PEDIDO DE SUSPENSÃO. INVIABILIDADE.

1. Não havendo no acórdão recorrido omissão, obscuridade ou contradição, não fica caracterizada ofensa ao art. 535 do CPC.

2. A orientação das Turmas que integram a Primeira Seção/STJ firmou-se no sentido de que o simples ajuizamento de ação judicial objetivando tornar inexigível o título executivo, sem o oferecimento de garantia do juízo, não enseja a suspensão da execução fiscal.

3. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no Ag 1.160.085/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/09/2011).

"ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO

EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL. ART. 265 DO CPC. INVIABILIDADE. AUSENTES OS REQUISITOS PARA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA E A GARANTIA DO JUÍZO. PREMISSAS FÁTICAS ASSENTADAS PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO VERBETE SUMULAR 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. 'A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no entendimento acerca da impossibilidade de ser deferida a suspensão do executivo fiscal apenas ante o ajuizamento de ação anulatória, sem que estejam presentes os pressupostos para o deferimento de tutela antecipada ou esteja garantido o juízo ou, ainda, ausente o depósito do montante integral do débito como preconizado pelo art. 151 do CTN. Precedentes' (AgRg no AREsp 80.987/SP, Primeira Turma, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 21/2/2013).

2. A inversão do julgado, nos termos propostos pelo agravante, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, procedimento vedado em recurso especial, nos termos do enunciado sumular 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 298.798/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, DJ de 11/02/2014).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, **nego provimento** ao Recurso Especial.

Sem honorários recursais. Decisão interlocutória.

I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora